

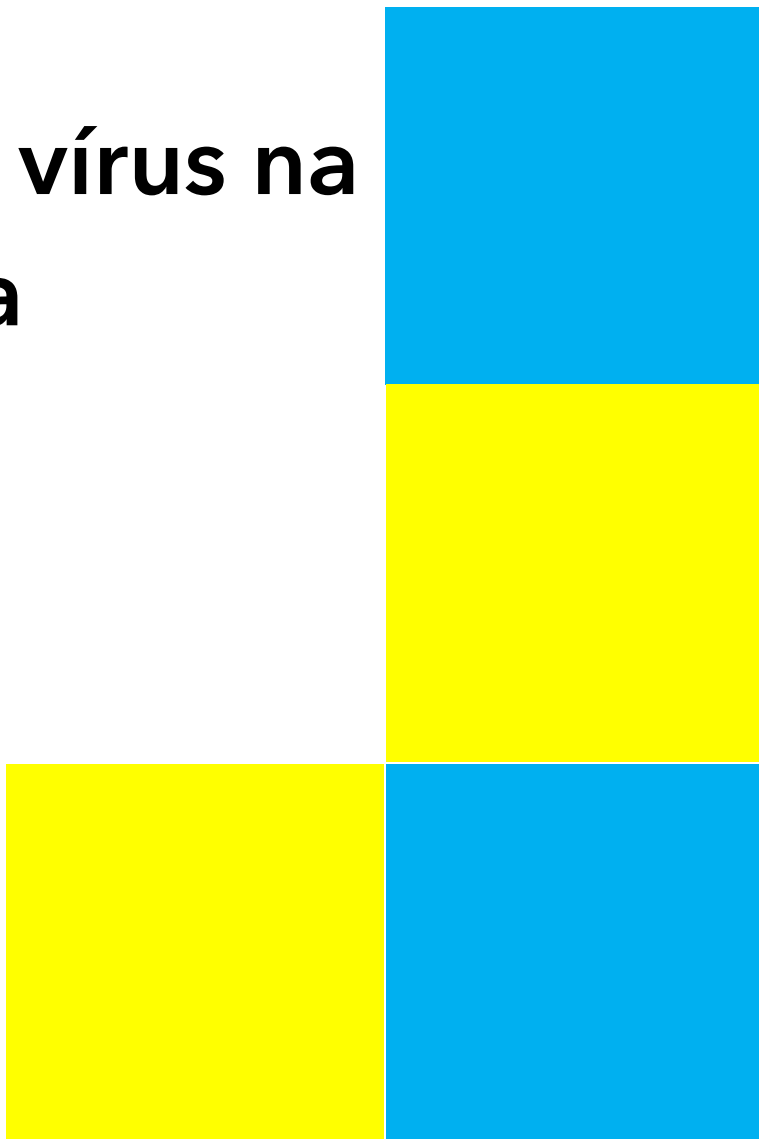
Destituição viral e legitimação maquínica: polarização e vírus na esfera política brasileira

Davis Moreira Alvim

Professor do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo (PPGEH/Ifes) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGpsi/Ufes).

Izabel Rizzi Mação

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/Ufes), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (GEPSS) e do Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia (LETHIS), ambos na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).



Resumo: Polarização política é uma expressão emblemática. Sobre ela pairam suspeitas de imoralidade e heresia, como se ao pronunciá-la, inadvertidamente, emergissem proximidades inaceitáveis entre os campos políticos da esquerda e da direita brasileiras. No artigo a seguir propõe-se levar tal expressão a sério. Não se trata de tomá-la como uma condição dada na sociedade brasileira, mas, antes, como um sintoma para o qual a investigação filosófica pode se voltar. A pergunta que nos colocamos é a seguinte: a quem interessa polarizar a política brasileira? Sugere-se que a resposta deva ser dada por um conjunto de forças, ou melhor, uma maquinação. Indica-se que a configuração polarizada é um sintoma específico da reorganização do maquinário político brasileiro e, para compreendê-la, propomos a abertura de dois conceitos: legitimação maquinopolar e destituição viral. A expressão legitimação maquinopolar busca traduzir uma configuração aparentemente dual da esfera política brasileira, que funcionaria sob a dinâmica de um *firewall* e de um *antimalware*. Nossa hipótese é que não se compreende a condição polarizada brasileira sem compreender o vírus que vem antes do *firewall* e, no mesmo sentido, o *software* maléfico anterior ao *antimalware*. Para tanto, cartografamos três emergências: as Jornadas de Junho de 2013, as ocupações secundaristas ocorridas entre 2015 e 2016 e a greve dos caminhoneiros em 2018, indicando que elas expressam, precisamente, forças virais às quais a polarização política reage.

Palavras-Chave: Polarização política; Jornadas de Junho; Ocupações Secundaristas; Greve dos Caminhoneiros.

Abstract: Political polarization is an emblematic expression. Suspicions of immorality and heresy hang over it, as if, when pronouncing it, an unacceptable closeness unintentionally emerges between the political fields of the Brazilian left and right. In the following article, this expression is proposed to be taken seriously. It is not a question of taking it as a given condition in Brazilian society, but, rather, as a symptom to which philosophical investigation can turn to. The question we are asking is: who is interested in polarizing Brazilian politics? It is suggested that the answer should be given by a set of forces, or rather, a machining. It is indicated that the polarized configuration is a specific symptom of the reorganization of the Brazilian political machinery and, in order to understand it, we propose the opening of two concepts: machinopolar legitimation and viral destitution. The expression machinopolar legitimation seeks to translate an apparently dual configuration of the Brazilian political sphere, which would work under the dynamics of a firewall and antimalware. Our hypothesis is that the polarized Brazilian condition cannot be understood without understanding the virus that comes before the firewall and, in the same sense, the malicious software before the antimalware. To this end, we mapped three emergencies: the June Journeys of 2013, secondary occupations that took place between 2015 and 2016 and the truckers strike in 2018, indicating that they express, precisely, viral forces to which political polarization reacts to.

Keywords: Political polarization; June Journeys; Secondary Occupations; Truckers' strike.

O século 21 brasileiro eclode permeado por uma trama de resistências que contagiam as ruas das cidades e as vias subjetivas, impondo urgência, velocidade e abertura ao pensamento político. São turbulências que fazem oscilar a esfera política. Entre elas estão as Jornadas de Junho de 2013, acompanhadas das atuações do Movimento Passe Livre (MPL) e da tática *black bloc*, as manifestações contra a Copa do Mundo de 2014, as mobilizações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff e em defesa da Operação Lava-Jato, o cada vez mais intenso uso das redes sociais como ferramenta de organização política, a intensificação das lutas minoritárias – como os feminismos, os movimentos negros e LGBT –, as ocupações de escolas por estudantes secundaristas em 2015 e 2016 e a greve dos caminhoneiros em 2018. São emergências que, em sua diversidade, esboçam práticas políticas, ao mesmo tempo, tradicionais e experimentais, colocando em funcionamento tecnologias de produção de subjetividades e preparando o terreno para um futuro que não conseguem prever com exatidão.

Tais movimentos são, contudo, sistematicamente detidos, apreendidos ou reorganizados por uma máquina polarizadora instaurada sobre os trópicos brasileiros. Trata-se de um aparelho que faz circular as grandes narrativas que, hoje, disputam o território subjetivo nacional. Uma delas sugere que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) legaram uma era perdida ao país. Seus enunciados operam por meio de elementos discursivos como recessão econômica, fraudes fiscais e crises de segurança. O Brasil surge como uma plataforma mergulhada em violência, degeneração moral e corrupção. Contra tal decadência, ao menos três episódios virtuosos se imporiam: a votação do *impeachment* de Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados e pelo Senado em 2016, as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por corrupção e, finalmente, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Outra narrativa, porém, sustenta que um conjunto de forças conservadoras arquitetou, de maneira sistemática e abjeta, a desestabilização dos governos do Partido dos Trabalhadores. Suas enunciações falam em produção de desordem a partir das grandes manifestações de Junho de 2013, em operações judiciais persecutórias e seletivas contra atos de corrupção inexistentes, em deflagração de mobilizações que levaram as massas a participar de um golpe de Estado em 2016 e, por fim, em condenações politizadas, com o objetivo de evitar a candidatura de Lula da Silva nas eleições de 2018.

O maquinário narrativo polarizador propagou um efeito hierárquico e dual pelas redes de luta brasileiras de tal forma que, entre esquerdas e direitas, observa-se um crescimento sensível da rigidez política. Por exemplo, a pesquisa de Ana Luiza Aguiar, Marcio Moretto e Pablo Ortellado (2019) no ato “Juntos contra o centrão” – promovido na Avenida Paulista, em 26 de maio de 2019, por apoiadores do governo de Jair Bolsonaro – observa que, em comparação com as manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, operou-se uma acentuação em direção a identidades como “direita antipetista”, “conservadora” e “não feminista”. Já no campo das esquerdas, Bruno Cava (2016) nota que, ao menos a partir da vitória eleitoral de Dilma Rousseff em 2014, o Partido dos Trabalhadores moveu um processo de fechamento e controle identitário, reduzindo a multiplicidade política das esquerdas a uma comédia de estereótipos por meio da intensificação da propaganda de tonalidade vermelha e socialista, ou seja, um *red washing* edificado para se opor simbolicamente à ascensão conservadora.

Decerto, isso não ocorre apenas no Brasil. Em *Como as democracias morrem*, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) indicam que a polarização política, sectária e extremada ameaça a democracia norte-americana ao menos desde os anos 1980. Trata-se de um processo que envolve a busca de votos a qualquer custo, o enfraquecimento das normas democráticas e a exacerbação de conflitos no campo da cultura e da raça. Maurício Moura e Juliano Coberllini (2019), no livro *A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu*, sugerem que a disputa eleitoral de 2018 no Brasil opera em uma espécie de cristalização dos polos, caracterizada por campanhas agressivas que giram principalmente em torno dos índices de rejeição de Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT). A polarização política envolve, porém, mais do que uma disputa por votos. Ela arrasta as subjetividades em direção a mundos maniqueístas e simplórios. Segundo Félix Guattari (1990), existem três ecologias: as ecologias do meio-ambiente, das relações sociais e dos processos subjetivos. O ambiente polarizado apresenta indícios daquilo que Guattari entendeu como desequilíbrio ecológico social e subjetivo, uma vez que contamina as redes de parentesco e as relações domésticas, reduz as relações horizontalizadas de vizinhança, provoca infantilização regressiva e, enfim, induz à formação arcaica de campos subjetivos homogêneos e binários.

No entanto, a atual polarização política não deve ser tomada como uma condição dada na sociedade brasileira, mas, antes, como um sintoma para o qual a investigação

filosófica pode se voltar. A pergunta que nos colocamos é a seguinte: a quem interessa polarizar a política brasileira? A resposta para tal questão pode ser oferecida pela análise do conjunto dinâmico de forças em atuação no campo político-social, ou melhor, em uma maquinação – não devendo resultar, portanto, em uma lista de pessoas ou de interesses individuais. A configuração polarizada nos parece, antes, um sintoma específico da reorganização do maquinário político brasileiro e, para compreender essa reorganização, propomos dois conceitos, a saber: *legitimação maquinopolar* e *destituição viral*.

1. *Legitimação maquinopolar*

O primeiro movimento da reorganização da esfera política brasileira, que chamaremos de *legitimação maquinopolar*, sugere um deslocamento no formato dos processos de validação da democracia representativa brasileira, que ocorre de forma intensa a partir do ano de 2013. Sob um viés sociológico clássico, a legitimidade visa a produzir um grau de consenso que promova obediência sem a necessidade frequente de recorrer às forças da repressão. Segundo Lucio Levi (2002), os diferentes níveis de um processo de legitimação, quando bem-sucedidos, produzem pontos de referência para a orientação política de indivíduos e grupos, indicando maneiras válidas para que a participação política ocorra. Nesse sentido, a produção de legitimação não se faz somente entre aqueles que apoiam um governo, mas também nas oposições – ao menos nos casos em que há a aspiração de se transformar em governo. Apesar disso, a situação de legitimação comumente comporta pontos falhos e mal instalados, de tal forma que a legitimidade de um poder de Estado não é, nunca, uma situação plenamente realizada, a não ser como uma aspiração.

No contexto brasileiro, os processos de legitimação política deixaram de buscar representar os interesses da população nacional (como queriam certas concepções das direitas liberais) e, também, não são mais uma maneira de conduzir as condutas para manter as multidões sob o domínio de um Aparelho de Estado (como indicavam, criticamente, certas esquerdas marxistas). Uma nova legitimidade se impõe sobre as velhas democracias representativas: a legitimação maquinopolar. O termo “maquínico” pretende sugerir – conforme insinua Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010) – um uso de redes de conexão que operam máquinas acopladas a outras máquinas, visando,

justamente, a gerenciar, cortar, torcer e processar os fluxos em prol de um organismo que, no caso brasileiro, é polar. Ou seja, trata-se de uma *maquinação* de sistemas binários que se *legitimam* a partir da produção de *polarização* social. Tal dinâmica não precisa mais lançar mão de um grande manto ideológico – a partir, por exemplo, de antigos emissores televisivos – para produzir alienação generalizada, mas, antes, modular diretamente um conjunto hermético de seguidores. Os processos de legitimação passam pela produção de uma dualidade rígida e, para tanto, instalam mecanismos de separação e vigilância. Busca-se, agora, constituir uma plataforma subjetiva própria para cada um dos campos político-subjetivos, recortando os fluxos entre esquerdas e direitas estanques e arquitetando, assim, uma solidariedade verticalizada entre líderes de esquerda e seus seguidores, bem como entre líderes de direita e seus *followers*.

As duas plataformas são mantidas separadas pelo uso de um *firewall* vigilante que trabalha para trancar todas as portas e janelas da máquina política, de modo que somente os elementos autorizados possam entrar e sair. Na legitimação maquinopolar, opera-se um poderoso *firewall identitário*, que fecha nossos corpos para as emissões de sinais que vêm do “lado de fora”. Para protegerem suas próprias redes desses sinais externos, esquerda e direita produzem uma verdadeira política de segurança, que funciona por meio da produção de identidades rígidas. A lista de identificações é tão extensa quanto simplória: coxinha, comunista, fascista, neoliberal, alienado, feminazi, manipulado, gado, esquerdopata, bolsominion, petralha ou golpista. Ao forçar tais rótulos sobre um sujeito, grupo ou instituição se busca bloquear e controlar suas possíveis conexões. Ou, então, ao receber uma identificação no *firewall*, que separa direita e esquerda, impõe-se um bloqueio imediato ao emissor que, a partir daí, não mais dispõe de receptores do outro lado do jogo político.

São produções identitárias e estigmatizantes que visam a preservar sob controle as micropolíticas dissidentes, mantendo-as reféns de um dos campos, seja ele esquerdo ou direito, da polarização. O *firewall* identitário e polarizador opera, portanto, com uma função precisa: imunizar um lado contra as afetações (ou o tráfego de informações) do outro. Não é, exatamente, um novo Muro de Berlim, mas uma membrana de segurança baseada em um *hardware* ou um *software* que, a partir de um conjunto de regras, analisa o tráfego de rede para determinar quem pode operar transmissões ou quais recepções de dados podem ser executadas. Nesse contexto de polarização, os grupos tendem a optar

pela estratégia do *bonding* ao invés do *bridging*. Ou seja, priorizam-se os laços grupais fortes e coesos (*bonding*) que operam por lealdade política e antagonismo externo, enquanto, por outro lado, evita-se a construção de pontes (*bridging*) que possam nos atirar na direção dos elementos mais conectivos e abertos (BOSCO, 2017).

Um dos efeitos do *firewall* identitário foi encontrado por uma pesquisa recém-publicada pelo Centro de Pesquisas Pew, nos Estados Unidos. Esse estudo mostrou que eleitores norte-americanos não só tendem a acreditar mais facilmente naquilo que confirma o que já pensam, como também se mostram mais inclinados a considerar como fatos as opiniões convenientes e, ao contrário, a considerar como opiniões os fatos inconvenientes. Segundo Pablo Ortellado (2018), os mesmos efeitos parecem se repetir entre os brasileiros, especialmente em relação aos indivíduos partidários, ou seja, aquelas pessoas que se identificam mais diretamente com os partidos políticos em disputa. Eles tendem a tomar as afirmações convenientes as suas crenças como fatos e, por outro lado, afirmações desfavoráveis como opinião.

A legitimação maquiopolar produz polarização como forma de validar um campo político. Isso, porém, não é o mesmo que afirmar que a sociedade brasileira é polarizada. A polarização indica, antes, um corte sobre a esfera política que *estabelece* uma organização verticalizada, atingindo fundo a carne do microcosmo social: as famílias, as escolas, os relacionamentos amorosos, as redes sociais e as amizades. Como toda plataforma, ela não estabelece, contudo, um controle totalitário sobre os dispositivos que, por sua vez, comportam suas zonas de indiscernibilidade, insegurança e instabilidade. São erros críticos que acabam por consentir acesso a usuários não autorizados (Erros de Autorização), *heartbleeds*, isto é, falhas no método criptográfico (Falha Criptográfica) ou mesmo uma explosão por excesso de dados, fazendo com que um *software* se comporte de maneira lenta, instável e inesperada (*Buffer Overflow*). A polarização se mostra, então, como uma projeção sobre a máquina, desejando-a binária e hermética sem, todavia, excluir a existência de zonas cinzentas, franjas e sombras não polarizadas.

A máquina polarizadora bolsonarista, por exemplo, tem ao menos duas regiões. A desconfiança radical de tudo que vem de fora é um dos componentes importantes da primeira região dessa máquina: a grande mídia, o eleitor de outros candidatos, o professor, o cientista político, o ambientalista e as pesquisas eleitorais são, em larga

medida, elementos suspeitos. Já entre os eleitores de Jair Bolsonaro, as informações tendem a ser compartilhadas com alto grau de confiabilidade e aceitação. Trata-se de uma rede que faz uso de *bots* e estrategistas, mas não se deve esquecer que sua eficácia e criatividade residem, em grande parte, na participação engajada de uma rede descentralizada de pessoas de carne e osso (MOURA; CORBELLINI, 2019). Em uma segunda região, porém, a máquina é falha ou aberta nas bordas. Conecta-se com o moderado, o indiferente, o cinza, o médio e o pouco engajado por meio de uma dinâmica mais suave que fala em honestidade, união, paz, renovação e esperança. É aquilo que Silvio Pedrosa (2019) chamou de franjas do bolsonarismo, regiões de adesão mais frágil, mas ainda numerosa, que funciona para além do núcleo duro de seguidores próximos.

Não obstante, a legitimação maquinopolar, lançada como a mais nova máquina do mercado político brasileiro, funciona sob a antiga dinâmica de um *sistema* e, portanto, não pode contar simplesmente com o controle do *firewall* para separar os lados direito e esquerdo. Para manter sua integridade e fidelidade sistemáticas é preciso instalar um *malwarebyte* ou *antimalware*: um escâner que remove *softwares* maliciosos, aqueles *softwares* internos que se infiltram de forma inconveniente nos sistemas, com a finalidade de causar dano ou roubar informações. No jogo dual da polarização vermelha e verde-amarela, configurações autônomas e terceiras margens não são bem-vindas. O tratamento dado ao *malware* da máquina política se assemelha ao processo utilizado na batalha informacional. Para combater *softwares* mal-intencionados, alguns cursos de introdução aos *malwarebytes* indicam passos, como: 1) erradicar o incidente; 2) impedir que um usuário tenha acesso a certo sistema; 3) determinar qual o tipo de comprometimento; e, finalmente, 4) produzir uma assinatura de reconhecimento. Para evitar a invasão de seus sistemas, bolsonarismo e lulismo precisam instalar ferramentas de detecção (caracterizar os dissidentes políticos), aproximação (chantageá-los emocionalmente), ameaça (responsabilizá-los pelo futuro catastrófico que está por vir) e, enfim, quarentena (limitar sua circulação). Trata-se de contornar as dissidências inesperadas, de colocar sob quarentena as diferenças políticas internas, avaliar a capacidade de compromisso/domesticação das linhas de fuga e anular as ameaças. No campo político polarizado, a tarefa mais urgente dos poderes políticos é evitar a emergência de uma terceira linha diferencial, que precisa ser impedida, a todo custo, em benefício do sistema maquinopolarizador.

Enquanto o *firewall* identitário bloqueia o tráfico horizontal das forças com o objetivo manter a integridade do sistema esquerda/direita, o *antimalware*, por sua vez, rastreia e monitora as ameaças internas aos sistemas, impondo um funcionamento composto por lideranças carismáticas e seguidores engajados, que promovem a anulação/cooptação/cancelamento das dissonâncias. Nas plataformas de esquerda, por exemplo, se faz amplo uso do *antimalware* para garantir a integridade sistemática. Giuseppe Cocco e Bruno Cava (2018) salientam que posições minoritárias, tendências alternativas e emergências parciais comumente não têm o direito de se exprimirem entre as esquerdas. Ao contrário, costumam ser combatidas pelo *antimalware* por meio de acusações como desestabilização, golpismo e terrorismo. Há um maquinário que guarda relações com o velho stalinismo, pois concebe que “o poder efetivado encarna *ipso facto* a razão superior” (COCCO; CAVA, 2018, p. 114), o que produz, como consequência, uma grande incapacidade de atualização. Já à direita, o *antimalware* segue colocando sob suspeita qualquer proximidade com as esquerdas. Por exemplo, o deputado federal Kim Katagiri (DEM-SP), um dos principais representantes da organização em defesa do liberalismo econômico chamada Movimento Brasil Livre (MBL), foi alvo de insultos nas redes sociais porque foi fotografado no restaurante da Câmara dos Deputados conversando com o deputado de esquerda, Marcelo Freixo (PSOL-RJ). O mesmo Freixo seria amplamente criticado por setores da esquerda por passar quarenta minutos conversando com a autora do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff, Janaína Paschoal (PSL-SP), em um vídeo divulgado no YouTube pelo projeto Fura Bolha.

O *firewall* identitário e o *antimalware*, quando estão afinados, buscam uma encapsulação das micropolíticas, acomodando-as ao fundo de cada um dos lados (esquerdo e direito) da máquina polar. Eles passam a funcionar como um caldo subjetivo que têm a função de apoiar, incondicionalmente, quaisquer movimentos dos grandes líderes de seu campo político e, também, de condenar quaisquer deslizes para fora da máquina polarizadora. Tal processo produz um grau altíssimo de fidelidade, dificilmente abalado pela descoberta de esquemas de corrupção ou por declarações públicas de extrema violência dos seus respectivos líderes. É uma *necromicropolítica* que, ao invés de celebrar a leveza das conexões imanentes, coloca, voluntariamente, as lutas a serviço dos tiranos e suas bocas devoradoras de votos eletrônicos. Conforme sugeriu Étienne de La Boétie (1975) em seu *Discurso sobre a servidão voluntária*, trata-se de um tipo específico

de servidão, consentida e desejada. Ela ocorre quando as pessoas não estão exatamente manipuladas por um líder mas, antes, se entregam a um funcionamento que subjetiva e preenche o corpo a partir do desejo de servir ao líder. Não é um engodo, nem exatamente um autoengano, mas uma forma de existir que se faz imersa no desejo de servir aos líderes.

As máquinas polarizadoras, à direita e à esquerda, não estão, simplesmente, disputando o poder de Estado, mas produzindo, cada qual em sua própria plataforma, um ambiente de terror antiecológico que tem como objetivo arrebanhar um exército de servidores/seguidores voluntários, sempre prontos a acatar comandos de compartilhamento e propagação. Nessa atmosfera, mal se nota a diferença entre o usuário humano e os robôs virtuais (*bots*), uma vez que ambos estão navegando na Internet operando tarefas repetitivas e automatizadas muito similares. É uma nova forma de legitimação governamental que faz com que as cabeças soberanas não mais busquem uma representação da sociedade como um todo e não sonhem mais com uma população apassivada sob sua liderança. O novo súdito ideal é um internauta ativo politicamente e extremamente comprometido em apoiar, de modo integral, o líder que escolheu entre os *slots* A ou B.

2. Destituição viral

A noção de legitimação maquinopolar é, contudo, meramente formal, pois apenas descreve uma configuração aparentemente dual da esfera política brasileira. Para que se possa compreender as forças que operam sob esse formato, precisamos recorrer a uma segunda categoria: *destituição viral*. Não se compreende a legitimação maquinopolar brasileira sem compreender que o vírus vem antes do *firewall* e, no mesmo sentido, que o *software* maléfico é anterior ao *antimalware*. Não são anterioridades simplesmente porque foram inventadas antes, mas porque são forças afirmativas, dinâmicas, plásticas, confusas, fluidas e fugidias dos sistemas. O século 21 brasileiro se iniciou propagando vírus e *malwares* extremamente agressivos, maleáveis, confusos e criativos, que chamamos de destituições virais. Uma verdadeira proliferação viral tomou conta da embarcação nacional. São exemplos as Jornadas de Junho de 2013, as ocupações secundaristas ocorridas entre 2015 e 2016 e a greve dos caminhoneiros em 2018. Tais movimentos, em sua confusão relativamente acentrada, contagiante e dispersa,

ameaçaram fazer saltar uma máquina micropolítica e virótica sobre as antigas formas de luta hierarquizadas pela esquerda e intimidando, igualmente, a direita fisiológica e estatal. Não que essas destituições não comportem seus endurecimentos próprios, suas hierarquias e suas simpatias à direita ou à esquerda, mas faz-se notar que, aqui e ali, certo maquinismo horizontal e fluido ameaçou, gravemente, a dinâmica da esfera política brasileira. Precisamente: as coisas fugiram ao controle.

Em curto período de tempo, uma profusão de lutas virais fez vibrar a geografia política brasileira. O primeiro grande abalo sísmico acontece com as Jornadas de Junho de 2013. Seu evento disparador ocorre quando o Movimento Passe Livre convoca uma jornada de manifestações contra o aumento das passagens de ônibus na cidade de São Paulo, então governada pelo prefeito Fernando Haddad (PT). A convocação inicial do MPL faz parte de uma sequência de lutas históricas, que buscaram derrubar aumentos nas passagens de ônibus, como a Revolta do Buzu e a Revolta da Catraca (POMAR, 2013). Em 2013, os protestos se dilataram, porém, na direção de outras pautas, como a recusa da violência policial contra manifestantes, a denúncia da má qualidade dos serviços públicos e o reconhecimento da impotência de certos formatos políticos representativos – como os partidos e os sindicatos (GOHN, 2015). Em um espantoso contradispositivo de luta, as 27 unidades federativas brasileiras experimentaram manifestações populares significativas. Segundo Pomar (2013), as lutas convocadas pelo MPL de São Paulo iniciam uma das quatro maiores mobilizações populares do Brasil dos últimos quarenta anos. A dinâmica desses protestos se dá de forma horizontalizada, rejeitando a configuração hierarquizante dos carros de som, preferindo o batoque, os cantos coletivos e as palmas. Os insurgentes de junho operam linhas resistentes que, para além das próprias pautas reivindicatórias, colocam em funcionamento um ensaio ou uma pré-figuração de uma nova democracia, sem lideranças verticalizadas ou forças centralizadoras, acionando uma ampla participação nos processos decisórios.

“Em junho, a terra tremeu”, sugeriu Bruno Cava (2013, p. 133). Cava (2013) indica que, durante as Jornadas de Junho de 2013, forças subterrâneas, até aquele momento mantidas escravas e domesticáveis, eclodem. Em um processo dinâmico e altamente contagiante, as manifestações destampam a imaginação política nacional, fazendo proliferar fóruns, assembleias, mídias alternativas e frentes de autodefesa, física e jurídica, da multidão. Ocorrem ocupações de casas legislativas em diversos estados, campanhas

como “Cadê o Amarildo?” conectam a periferia ao centro das percepções políticas e, enfim, adeptos da tática *black bloc* trazem à baila a estética das máscaras e a insubordinação direta contra a repressão policial. Mas as insurgências junhistas também provocaram medo em um amplo espectro político. Por exemplo, à direita, se denunciam as manifestações como criminosas, sugerindo serem práticas vazias de uma espécie de “violência pela violência” ou “violência gratuita”. À esquerda, sugere-se que os manifestantes seriam irresponsáveis, fascistas e ameaças à democracia. Esse ataque ao levante de junho não se faz, todavia, apenas no campo das ideias. Um dispositivo de repressão, recheado de atualizações autoritárias, é colocado para funcionar em pleno governo de esquerda. Ocorrem perseguições a manifestantes, bombardeio de multidões com armas químicas, agressões, humilhações, há casos de pessoas que ficaram cegas, ativistas são investigados nas redes sociais, arquivos políticos são montados, proíbem-se as máscaras no Rio de Janeiro e, finalmente, chovem mandados de busca e apreensão.

Apesar da repressão policial e da perseguição política que se abatem sobre os manifestantes durante e após as Jornadas de Junho de 2013, as destituições virais insistem em se prolongarem no tecido social. Um desses prolongamentos foi o movimento de ocupações secundaristas. Disparado em 2015, as ocupações eclodiram quando o governo do estado de São Paulo ameaçou uma reestruturação da organização do ensino, que implicaria o remanejamento de cerca de 310 mil alunos e 74 mil professores. Tal proposição levou os estudantes a organizarem diversos protestos, atos públicos e, principalmente, ocupações de prédios escolares. No mesmo ano, no estado do Paraná, um novo processo de ocupações se alastrou pelas escolas quando o governo estadual tentou fechar mais de cem unidades. Enfim, em 2016, o governo federal brasileiro propôs medidas que fariam as ocupações secundaristas tomarem proporções nacionais: a Emenda Constitucional, que congelaria os investimentos públicos, e a Medida Provisória nº 746/2016, voltada para a reestruturação do ensino médio (BOUTIN; FLACH, 2017). Reagindo às medidas governamentais, cerca de 1.197 escolas foram ocupadas em todo o Brasil. As linhas virais das Jornadas de Junho ecoaram no interior das escolas brasileiras, resultando em um importante experimento educativo, que esboçou formas coletivas de liberdade e responsabilidade direcionadas pela horizontalidade dos processos decisórios, ensaiando uma nova cultura escolar radicalmente democrática em que os estudantes

participam, ativa e diretamente, da gestão das escolas ocupadas (ALVIM; RODRIGUES, 2017).

Segundo Pablo Ortellado (2016, p. 12) as ocupações secundaristas foram “a primeira flor de junho”, um vasto processo de criações resistentes que forjam novas relações sociais entre estudantes, professores e direções escolares. Rompe-se o isolamento individualista da disciplina escolar, mergulha-se em novas formas de sociabilidade baseadas na corresponsabilidade, nos processos decisórios horizontalizados e no cuidado com o patrimônio público em uma espécie de “antecipação performativa daquilo que se busca” (ORTELLADO, 2016, p. 13). Entre os frutos das ocupações estão a emergência de grêmios escolares mais horizontalizados, alterações nas dinâmicas hierárquicas das salas de aula, maior participação dos pais dos estudantes nas escolas e, além disso, um legado de aprendizados para os estudantes que vivenciaram estratégias políticas diversas, como a produção de abaixo-assinados, a organização de protestos escolares, a realização de passeatas ou aulas públicas e, ainda, a vivência autônoma nas próprias escolas ocupadas, promovendo uma completa autogestão das escolas. Com as ocupações, as escolas se transformaram em laboratórios pedagógicos em rede.

Em 2018, as destituições virais brasileiras emergem mais uma vez, agora em uma luta contra o aumento do preço do barril de petróleo. Trata-se da greve dos caminhoneiros. O movimento recebe grande atenção dos brasileiros e impacta fortemente no sistema de transportes nacional, provocando falta de combustível nos postos de abastecimento, voos cancelados e ônibus circulando com frota reduzida. A paralisação se inicia no dia 21 de maio e coloca em questão temas como a política de preços da Petrobras, problemas logísticos do transporte no país e a própria saúde dos transportistas, em sua maioria trabalhadores autônomos. Ocorrida durante o governo de Michel Temer (2016-2019), a nova configuração grevista é marcada por uma composição heterogênea, pela rejeição aos sindicatos e pela pulverização de lideranças. A organização das lutas dos caminhoneiros – feita basicamente pelo WhatsApp e não por entidades sindicais – opera bloqueios fluidos nas estradas, que impedem a circulação de caminhões e, ao mesmo tempo, dispara diferentes formas de auto-organização dos trabalhadores. Reunidos em postos de gasolinas ou nos flancos das estradas, os caminhoneiros em greve realizam assembleias, manifestações, cultos evangélicos, debates e, enfim, reivindicam uma polêmica intervenção militar. Assim, às demandas de caráter econômico, os

caminheiros acrescentam a exigência política que pede a intervenção do exército brasileiro contra a corrupção, que teria se tornado um modo de funcionamento sistêmico no Brasil, “dirigindo a essa instituição suas demandas de proteção” (COCCO, 2019, p. 18). Ao final, a entrada dos militares no jogo acaba se voltando contra eles mesmos, com a ação de forças do Exército Brasileiro e da Polícia Rodoviária Federal para desbloquear as rodovias e sobrepujar o movimento.

Henrique Costa (2018) indica que existem proximidades entre as dinâmicas resistentes das Jornadas de Junho de 2013 e a greve dos caminhoneiros de 2018, uma vez que os transportistas conectaram-se a um dos maiores legados das manifestações de junho: a desmistificação da ação direta nas ruas e a desautorização de organizações tradicionais de representação. Movendo-se das ruas de 2013 para as estradas de 2018, as destituições virais caminhoneiras sugerem novas possibilidades para que uma categoria de trabalhadores possa expressar suas insatisfações, sem necessidade absoluta da mediação controlada de políticos e organizações representativas, recorrendo a formas auto-organizadas de luta e facilitadas pelo uso das redes sociais. Os caminhoneiros se conectaram a “um desejo de rompimento pela força com as instituições democráticas, vistas como inerentemente corruptas” (COSTA, 2018).

Trata-se de uma dinâmica nacional que compartilha, de forma viral e dispersa, dos ciclos de insurgências que balançaram o mundo em uma rede conectiva de lutas. São bons exemplos dessa rede a Revolução dos Pinguins, no Chile; a Revolta das Panelas, na Islândia; a Primavera Árabe; o *Occupy Wallstreet*, nos EUA; as manifestações contra a Reforma Trabalhista, na França; a mobilização dispersa dos *gilets jaunes* (coletes amarelos), também na França; e os levantes equatorianos e chilenos de 2019. Foram lutas que expressaram uma dinâmica disjuntiva de assembleias e manifestações, inventando outra forma de os corpos aparecerem em linhas radicalmente horizontais e micropolíticas que, em muito, escaparam ao controle das vanguardas políticas das esquerdas tradicionais, inserindo uma dinâmica viral nas lutas e provocando, enfim, uma reação – tão violenta quanto conservadora – entre partidos, aparelhos midiáticos, políticos, sindicatos e discursos instituídos das esquerdas e das direitas tradicionais.

No Brasil, toda uma confusão se operou entre a dispersão acentrada das Jornadas de Junho de 2013, a multiplicação de formas autônomas de educação nas ocupações

secundaristas de 2015 e 2016 e a disseminação dos bloqueios fluidos dos caminhoneiros pelas estradas em 2018. Entre parte significativa das esquerdas, emergiu uma espécie de “pânico moral”, ou seja, um medo coletivo com relação às mudanças, especialmente aquelas percebidas como repentinas e ameaçadoras. Desqualificaram-se as Jornadas de Junho sob a ideia de operar um movimento nihilista (CEI, 2015) que teria, inclusive, sido a raiz do Golpe de 2016 (SOUZA, 2016). A incompreensão segue diante das ocupações secundaristas e sua extraordinária profusão de práticas educativas autônomas. Grande parte das esquerdas não conseguiu extrair das ocupações nada além de um repúdio a pautas como a Reforma do Ensino Médio ou um pálido grito de *#ForaTemer*. Dessa forma, mantiveram intactos certos tradicionalismos de seus sistemas de compreensão educativos supostamente emancipadores – como aqueles baseados nas proposições de Paulo Freire ou Dermeval Saviani – e, ainda, ignoraram a criação de uma nova escola autogestada pelos próprios estudantes. Quando os caminhoneiros grevistas se manifestaram contra os reajustes nos preços dos combustíveis as esquerdas já estavam, plenamente, desorientadas. Os discursos se dividiam entre a condenação da greve por conta da prática de *locaute*, o repúdio aos pedidos de intervenção militar do movimento e, enfim, o esboço de um apoio crítico e confuso aos caminhoneiros grevistas. Em outras palavras, grande parte das esquerdas institucionais se desconectou profundamente das lutas virais, abraçando um discurso “conservador” que, diante das emergências e resistências em rede, projetou imagens fantasmáticas para deslegitimar a intensa fuga das lutas em direção às destituições virais.

Ainda assim, as destituições virais brasileiras não deixaram de gerar ganhos objetivos. Por exemplo, as Jornadas de Junho atingiram seu objetivo inicial e o aumento das passagens de ônibus foi revogado no Rio de Janeiro e em São Paulo. Diante das ocupações secundaristas, o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, anunciou a suspensão da reestruturação escolar. Finalmente, o presidente em exercício à época, Michel Temer, anunciou uma redução temporária do preço do diesel e, além disso, foram publicadas no Diário Oficial da União algumas medidas provisórias atendendo a exigências dos caminhoneiros, como o estabelecimento de preços mínimos para os fretes. Para além desses ganhos objetivos, foi a inclinação dessas destituições virais, voltadas para a proposição de uma completa reorganização das resistências e das maneiras de experimentar a participação política na democracia, que, verdadeiramente, assombrou as

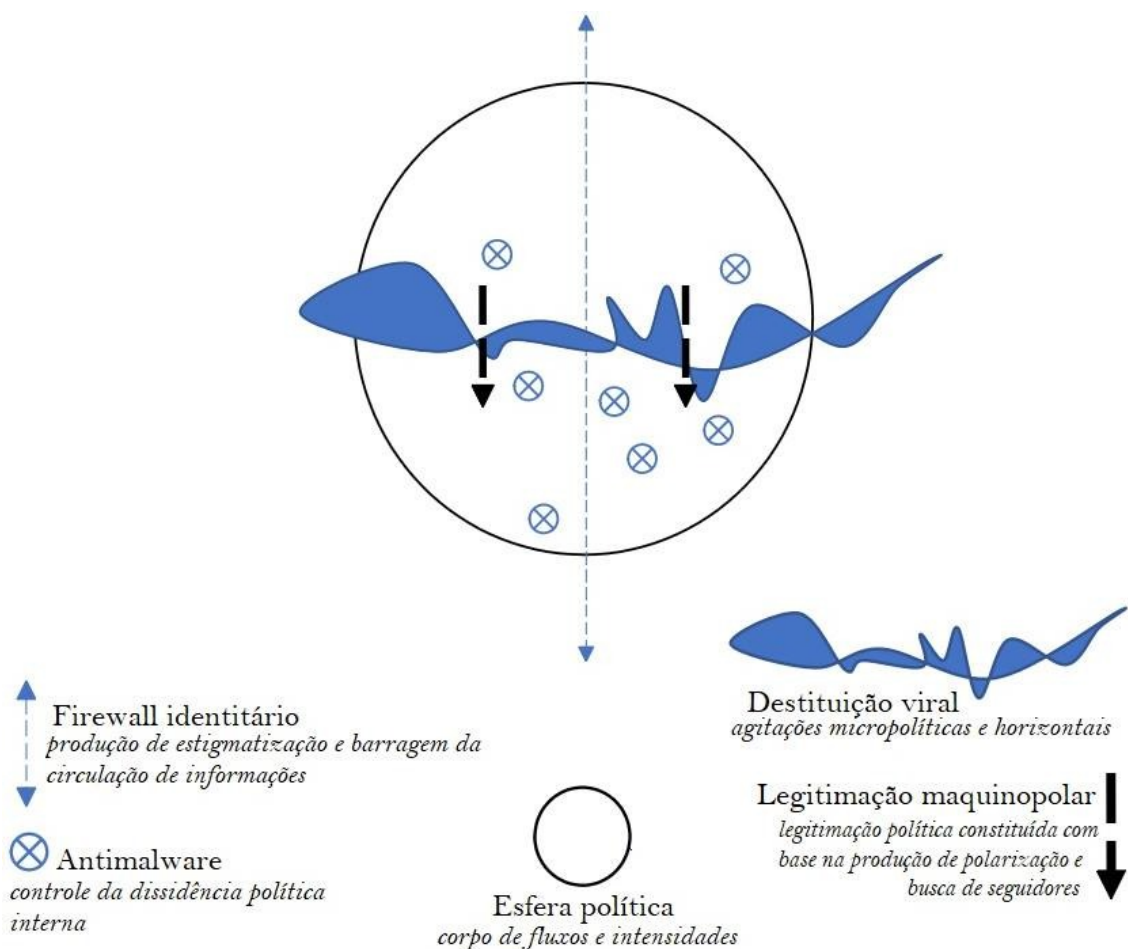
formas clássicas da política brasileira. As redes acentradas de resistência, a recusa de lideranças carismáticas e partidos, a dinâmica decisória por assembleias, a insinuação de uma enorme crise no modelo representativo, bem como o aparecimento virtual de uma configuração subjetiva diferente do modelo binário direita-esquerda, provocaram uma resposta, reativa e identitária, nos mecanismos de poder nacionais. Diante do comportamento viral da multidão brasileira, operou-se uma restauração violenta na direção de uma esfera política binária e arcaica, aparelhada sob os velhos parâmetros dos partidos, da inacabável campanha pelas eleições presidenciais e da guerra entre “fascistas” e “socialistas”. Vemos aí um movimento do qual participam, especialmente, a nova extrema direita e as forças progressistas.

Mas, afinal, por que designamos como *virais* a tríade de insurgências expressas nas Jornadas de Junho, nas ocupações secundaristas e na greve dos caminhoneiros? Em tempos de crise pandêmica, ligada ao novo coronavírus, tal designação pode parecer grosseira ou mesmo ameaçadora. Segundo Emanuele Coccia (2020), o vírus é, antes de tudo, uma força anárquica de metamorfose, pois circula de vida em vida sem obedecer às fronteiras corporais, contorna o planeta desprovido de pertencimentos a um único indivíduo e comporta incrível capacidade de mutação. Vírus são forças de novidade, transformação, modificação e exprimem a inconveniente verdade de que “não somos senão identidades genéticas de uma bricolagem multiespecífica” (COCCIA, 2020). Essa pandemia transnacional, que rearranjou a vida humana no planeta Terra, mostrou que mesmo o menor ser vivo pode paralisar a civilização humana. O vírus convida a um tipo específico de desequilíbrio natural no qual os seres são essencialmente migrantes e, nesse sentido, ocupam frequentemente as casas uns dos outros. Ele é vida que cai de um corpo ao outro, de uma espécie para outra, de um reino a outro por intermédio do nascimento, da nutrição, do toque e, também, da morte que, em seguida, se tornará vida em outro ser.

Tal como os vírus, quando emergem no campo político e subjetivo, as destituições virais incitam a composição de outras formas de vida: uma afirmação da horizontalidade sobre a verticalidade, da fluidez sobre a restrição circulatória, da micropolítica sobre a macropolítica, do devir sobre o porvir, do contágio sobre a politização piramidal ou dos ratos sobre a velha máquina do navio. A legitimação maquinopolar tem, ao contrário, a função de operar uma grande restauração antiviral sobre tais maquinismos destituidores, promovendo um bloqueio da duplicação das células consideradas infectadas. Sua

aparente triunfante vitória sobre as destituições maquínicas se deu por meio de dois vetores: a esquerda e a direita. Em conjunto, tais vetores imprimem uma forte restauração das verticalidades hierárquicas, exercendo suas operações altamente rígidas e centralizadoras contra as linhas acentradas, pós-identitárias, horizontais e metamórficas das oscilações virais.

Figura 1 – A esfera política brasileira



Fonte: Davis Moreira Alvim e Izabel Rizzi Mação, 2019.

3. Interrupção conectiva

Nossa hipótese passa pelo entendimento de que a radicalização projetiva da atual polarização política entre direita e esquerda – e sua legitimação maquinopolar – é uma

resposta reativa ao devir viral que arrasta os brasileiros, especialmente depois de Junho de 2013. Trata-se de um mecanismo de controle e separação que opera em benefício não apenas de uma sobrevivência, mas da reinstalação da dominação do sistema partidário e representativo polarizado. Com seu *firewall* identitário e seu *anti-spyware* policialesco, a nova configuração legitimadora produz novas direitas e esquerdas, com amplo controle de suas plataformas e enraizadas em identidades rígidas e subjetividades policiadas. Ao mesmo tempo, ela também corta ou separa, com incrível precisão, a potente conexão horizontal que dá vida às destituições virais.

Mas o que, exatamente, a máquina polarizadora separa, divide ou corta? Em *The mask and the flag: Populism, Citizenism, and Global Protest*¹, Paolo Gerbaudo (2017) sugere que a grande novidade do movimento das acampadas, desencadeados de forma global a partir de 2011, está na proposição de uma intensa conexão entre, de um lado, a emergência de uma nova espécie de populismo e, de outro, as dimensões autonomistas e neo-anarquistas. Tais dimensões, quando conectadas, produzem um *novo cidadanismo*, representado pelas bandeiras nacionais (*the flag*) e pela máscara de Guy Fawkes (*the mask*).

Erguidas durante a Primavera Árabe, bem como em protestos na Grécia, na Turquia, na Espanha e no Brasil, as bandeiras nacionais simbolizam união nacional contra regimes políticos opressores, busca de independência contra a colonização econômica externa e senso de solidariedade popular contra inimigos comuns. Segundo Gerbaudo (2017) é um populismo que comporta diferenças em relação aos elementos xenofóbicos que se insinuam em governos como o do atual presidente norte-americano Donald Trump e em movimentos como o “Brexit”, cujo resultado foi a saída do Reino Unido da União Europeia. O populismo democrático reivindica, diversamente, soberania popular – entendida como controle coletivo da comunidade política sobre seu próprio destino – e move uma luta contra oligarquias formadas por especuladores financeiros, lobistas, além de políticos corruptos e autoritários.

Já a máscara de Guy Fawkes – utilizada pelo personagem central do filme *V de Vingança* (2006) – é o outro símbolo das revoluções de 2011. Sorridente e bigoduda, ela

¹ Em tradução livre “A máscara e a bandeira: Populismo, Cidadanismo e Protesto Global”, ainda sem lançamento no Brasil.

indica reivindicações de liberdade em uma configuração libertária. Evoca influências neo-anarquistas presentes no arco dos movimentos de protesto nas sociedades pós-industriais, como os levantes de 1968 na Europa e o movimento antiglobalização dos anos 1990 e 2000, expressando desconfiança contra corporações multinacionais, bancos e governos. Assim, enquanto a primeira tendência indica uma ação de massa voltada para a construção de políticas populares pela união do povo, a segunda sugere a ação participativa por meio de processos decisórios mais horizontalizados e a valorização das singularidades individuais.

A conexão entre a bandeira e a máscara forma o que Gerbaudo (2017) chama de *ciudadanismo*. A partir de um populismo libertário, participativo e sem lideranças, o novo cidadanismo reivindica que os indivíduos sejam membros ativos da comunidade política e que participem, diretamente, de todas as decisões importantes. Ou, ainda, trata-se do poder dos cidadãos comuns contra os privilégios das elites políticas, dos mercados financeiros, dos super-ricos, tecnocratas e políticos de carreira, acusados de governar distantes dos desejos e necessidades da maioria. Segundo Gerbaudo, as acampadas são o “ano zero” para um novo progressivismo do século 21, profetizando uma democracia que vem.

Em *Vertigens de Junho: os levantes de 2013 e a insistência de uma nova percepção*, Alexandre Mendes (2018) sugere que o traço mais importante do livro de Gerbaudo é reconhecer que o movimento das acampadas cria novos atores políticos “monstruosos”, ou seja, uma força revolucionária com características enigmáticas. O enfrentamento às bandeiras dos velhos partidos e movimentos sociais não anunciaria nenhuma forma de fascismo, ignorância ou direita disfarçada, mas, antes, um movimento iconoclasta que pratica uma aliança ampla e heterogênea entre pessoas comuns em busca de mais democracia. As denúncias feitas pelas multidões com relação às práticas de corrupção não são um signo de moralização conservadora, mas “uma estratégia política concreta para enfrentar a expropriação da democracia através de uma percepção compartilhada por toda a população” (MENDES, 2018, p. 125).

Mendes (2018) indica, porém, que *The mask and the flag* é um livro com certas limitações para compreender as manifestações sociais na América Latina. Ao contrário das acampadas europeias e norte-americanas que, num contexto de recessão econômica,

se insurgiram contra a tecnocracia financeira geradora da crise de 2008, nos países latino-americanos se operou uma insurgência contra as torções soberanistas realizadas por governos progressistas. Para Mendes, Gerbaudo (2017) negligencia o papel do governo Rousseff na organização de diversas repressões contra as manifestações de 2013 e, portanto, seu papel na destruição da aliança que se forjou entre os manifestantes brasileiros.

É importante para nós esta sugestão, feita por Mendes (2018), para quem houve *uma separação entre as máscaras e as bandeiras nacionais*. Talvez devêssemos dizer que, no contexto brasileiro, tratou-se de uma separação entre dois tipos de camisetas: a camisa verde e amarela, muito utilizada durante as Jornadas de Junho de 2013, e a camiseta negra, que cobre os rostos dos adeptos da tática *black bloc*. Ou, ainda, em nossos próprios termos, a máquina polarizadora, com seu *firewall* e seu *anti-spyware*, opera uma cisão violenta entre o levante do cidadão que conclama pela união do povo contra a corrupção das oligarquias nacionais e os ativismos ou militâncias que reivindicam um levante horizontal, combativo e autônomo. Não cessamos de pagar o preço por essa cisão.

A máquina polarizadora impõe sobre as destituições virais uma cisão que as separa em duas plataformas disjuntas. Na primeira plataforma, o cidadanismo democrático – expresso entre as linhas de Junho por meio de reivindicações como as de “saúde e educação padrão FIFA” ou de combate à corrupção – reconfigura-se em tonalidade excludente e autoritária. Seus elementos democráticos e universais são desinstalados em prol de uma nova configuração: o “cidadão de bem”. Sua insígnia está, agora, reduzida a fazer uma “arminha com a mão”, gesto amplamente utilizado por Bolsonaro e seus seguidores em sua campanha presidencial. Enquanto isso, entre as esquerdas, busca-se, de muitas formas, desinstalar as linhas autônomas e horizontalizadas para reinstalar uma militância eleitoreira cada vez mais dependente do carisma de Lula da Silva e da hierarquização partidária. Uma das expressões da opção antijunho está no fato de Fernando Haddad – prefeito que governava a cidade de São Paulo durante os diversos massacres policiais perpetrados contra manifestantes em 2013 – ter sido o candidato que representava as esquerdas no segundo turno das eleições de 2018.

Praticam-se diferentes formas de interrupção conectiva. A máquina bolsonarista foi extremamente eficaz diante das lutas virais. Fazendo amplo uso das redes sociais em

sua campanha, Jair Bolsonaro (2018) prestou apoio à greve dos caminhoneiros, criticando figuras da grande mídia que condenaram a greve, denunciando a indústria das multas, apontando o problema dos roubos de carga e aderindo às principais bandeiras do movimento, como, por exemplo, a denúncia dos reajustes frequentes nos preços dos combustíveis realizados pela Petrobras. Encerrando uma de suas populares *lives*, o atual presidente sugeriu, nada mais nada menos, que o movimento dos caminhoneiros seria mais importante para o Brasil do que qualquer eleição (YOUTUBE, 2018). No ano seguinte, Ernesto Araújo (2019), ministro das relações internacionais de Jair Bolsonaro, profere um discurso intitulado “O Brasil está de volta” (*Brazil is back*), no qual sugere que a nação estaria de volta ao lugar correto. Ao recuperar a trajetória histórica desse processo, Araújo elege seu ponto de origem: as manifestações de Junho de 2013. Trata-se, segundo ele, da revolta contra um sistema político-econômico que não forneceu os serviços ou oportunidades econômicas que as pessoas desejavam e, também, de uma revolta cultural contra a apropriação do discurso público pela mídia “politicamente correta” que, mais tarde, reemergiu de forma mais madura nas manifestações favoráveis ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Embora Bolsonaro e Araújo não tivessem nenhum papel proeminente durante Junho de 2013, seus discursos sugerem que a orientação da nova extrema direita seria de proximidade e tentativa de canalização das revoltas.

Por outro lado, encontramos posições diferentes e, em certo sentido, mais conservadoras, entre os líderes de esquerda. Por exemplo, em 2017, no Ato pela reconstrução do Estado Democrático de Direito, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diante de aplausos efusivos, Luiz Inácio Lula da Silva disse que “esse país ainda não foi compreendido desde o que aconteceu em Junho de 2013. Eu acho que nós nos precipitamos em achar que 2013 foi uma coisa democrática” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2017, 1h,49m,11s). Em março de 2015, o então líder do PT na Câmara, Sibá Machado (PT-AC), sugeriu que a agência norte-americana CIA (*Central Intelligence Agency*) estava coordenando as manifestações de 2013, com o objetivo de enfraquecer os governos da América do Sul “não alinhados” (CARVALHO, 2018). Chegou-se ao ponto de, em palestra realizada nas academias de polícia, a pensadora de esquerda Marilena Chauí ter classificado, diante de sua plateia militar, a tática *black bloc* como fascista (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018). E ainda Guilherme Boulos, coordenador

do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), repudiou a ação da tática *black bloc* em sua Frente Povo Sem Medo (BOLDRINI, 2018).

Não é surpreendente que a direita bolsonarista possa ter assumido uma tonalidade antissistêmica, uma vez que parte significativa das esquerdas operou com uma configuração física e um suporte lógico desatualizados e conservadores em relação às lutas virais. As máquinas de esquerda não souberam operar os *uploads* apropriados, tratando as emergências virais enquanto *malwares* a serem combatidos. Ou ainda, a máquina conservadora de direita soube operar *copylefts*, enquanto, à esquerda, as lutas foram colocadas sob a lógica dos *copyrights*. Dessa maneira, a entrada bolsonarista no jogo político brasileiro implicou uma mudança na dinâmica da máquina polar que acabou dando à extrema direita uma feição insurgente.

As Jornadas de Junho, as ocupações secundaristas e a greve dos caminhoneiros expressam uma dinâmica viral que coloca o sistema político e divisório do Brasil em questão, disparando um poderoso processo viral de lutas. As máquinas políticas, à direita e à esquerda, não demoraram, porém, a investir sobre tais tramas acentradas e fluidas, propondo sua reorganização sob regimes mais duros e hierárquicos. Enquanto a extrema direita soube surfar de forma oportunista nas revoltas emergentes no Brasil, a esquerda partidária, por sua vez, não esteve nem próxima de estar à altura dos levantes virais. Para além de uma oposição entre a esquerda e a direita, o conflito mais intenso da história recente do Brasil se faz entre, de um lado, uma nova forma de legitimação, maquínica e polarizada, levada a cabo pela nova extrema direita e por boa parte das forças progressistas de esquerda; e, de outro lado, as destituições virais, expressas nos levantes de Junho de 2013, nas ocupações secundaristas e na greve dos caminhoneiros. São duas linhas de referência que estão em razão inversa: enquanto uma escapa, a outra detém; enquanto uma deserta, a outra impede a continuidade da fuga; enquanto uma cria, a outra gerencia. Dessa forma, entre os desafios da esquerda brasileira, está não apenas a vitória eleitoral contra a extrema direita, mas, também e principalmente, renovar-se a partir das lutas virais.

Bibliografia

AGUIAR, Ana Luiza; MORETTO, Marcio; ORTELLADO, Pablo. **Pesquisa “Juntos contra o centrão” Avenida Paulista, 26 de maio de 2019**. Disponível em: <https://bit.ly/2Y1T76I>. Acesso em: 12 nov. 2019.

ALVIM, Davis Moreira; RODRIGUES, Alex. Coletivos, ocupações e protestos secundaristas: a fênix, o leão e a criança. **ETD – Educação Técnica e Digital**, Campinas, v. 19, p. 75-95, março. 2017.

ARAUJO, Valdeci; PEREIRA; Mateus. **Atualismo 1.0**: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Mariana: Editora SBTHH, 2018.

BOLDRINI, Angela. **Movimentos de esquerda se dizem contrários à tática black bloc**. Folha de São Paulo. 03 nov 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3e4erhd>. Acesso em: 24 nov. 2018.

BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão?** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 2017.

CARVALHO, Daniel. **Líder do PT sugere que CIA esteve envolvida nas manifestações de domingo**. Estadão. São Paulo. 16 mar. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/30FOEYT>. Acesso em: 24 nov. 2018.

CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto**: as manifestações no Brasil em 2013 (junho-outubro). São Paulo: Annablume, 2013.

CAVA, Bruno. O 18 de Brumário brasileiro. In CAVA, Bruno; PEREIRA, Márcio. **A terra treme**: leituras do Brasil de 2013 a 2016. São Paulo: Annablume, 2016. p. 11-86.

CEI, Vitor. Contra-isso-que-está-aí: o niilismo nas Jornadas de Junho. In CEI, Vitor; BORGES, David G. (Orgs.). **Brasil em crise**: o legado das jornadas de junho. Vila Velha: Editora Praia, 2015. p 137-169.

COCCIA, Emanuele. **O vírus é uma força anárquica de metamorfose**. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/021>. Acesso em: 15 maio 2020.

COCCO, Giuseppe; CAVA, Bruno. **Enigma do disforme**: neoliberalismo e biopoder no Brasil global. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

COCCO, Giuseppe. Greve e levante dos caminhoneiros: amanhã será maior! **Revista Lugar Comum**, Rio de Janeiro, v. 52, p. 3-6, agosto, 2018.

COSTA, Henrique. 2018. **Junho de 2013 e a greve dos caminhoneiros**. Disponível em: <https://bit.ly/3hoJLcK>. Acesso em: 06 out. 2019.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. Prefácio para a edição italiana. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Black blocs” agem com inspiração fascista, diz filósofa a PMs do Rio**. Disponível em: <https://bit.ly/2C7DUZe>. Acesso em: 24 nov. 2018.

GERBAUDO, Paolo. **The Mask and the Flag: Populism, Citizenism and Global Protest**. London: Hurst & Company, London, 2017.

GOHN, Maria da Gloria. **Manifestações de junho de 2013 e praça dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2015.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.

LA BOÉTIE, Étienne. **The politics of obedience: the discourse of voluntary servitude**. New York: Free Life Editions, 1975.

LEVI, Lucio. Legitimidade. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de política**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 675-679.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MENDES, Alexandre. **Vertigens de junho: os levantes de 2013 e a insistência de uma nova percepção**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

ORTELLADO, Pablo. A primeira flor de junho. In CAMPOS, Antonia Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio Moretto (orgs.). **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016.

ORTELLADO, Pablo. **Partidários acreditam que opinião conveniente é verdade fatal**. Disponível em: <https://bit.ly/2AyB8M0>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Veja como foi o ato pela democracia no RJ com Lula e Dilma**. 2017. (2h07m). Disponível em: <https://bit.ly/3cZJkSU>. Acesso em: 24 nov. 2018. [Esta reportagem contém um vídeo publicado por Luiz Inácio Lula da Silva em <https://bit.ly/2YyCE99>. Acesso em: 24 nov. 2018.]

PEDROSA, Silvio. **Depois de Bolsonaro, o que fazer?** Disponível em: <https://bit.ly/2Y100VP>. Acesso em: 20 nov. 2018.

POMAR, Marcelo. **Entrevista ao Brasil de Fato.** Disponível em: <https://bit.ly/37wIdst>. Acesso em: 14 ago. 2013.

SOUZA, Jessé. Para Jessé Souza, golpe nasceu em junho de 2013. In: **GGN: o jornal de todos os brasis.** Entrevista concedida a Lilian Milena. Disponível em: <https://bit.ly/3d3InZy>. Acesso em: 14 nov. 2018.

YOUTUBE. **Anti-Édipo (1):** La Boétie e a servidão voluntária. (23m29s). Disponível em: <https://bit.ly/2UDWNcH>. Acesso em: 09 fev. 2019.

YOUTUBE. **Notícias de Última Hora – Caminhoneiros em Greve – Bolsonaro Manda Recado Para Caminhoneiro.** 2018. (3m00s). Disponível em: <https://bit.ly/30GnQrv>. Acesso em: 23 nov. 2018.